

## **PARTE 2:**

### **Causação Mental – Argumentos Avançados**

## 4. O que é superveniência?

### 4.1. Histórico do conceito

Vimos em nossa discussão do monismo anômalo de Donald Davidson que a relação mente-corpo proposta pelo mesmo é uma relação especial de dependência, chamada superveniência. Em uma relação de superveniência, temos um conjunto de propriedades, denominado “superveniente” que depende ontologicamente de outro conjunto de propriedades, a “base subveniente”. Brian McLaughlin e Karen Bennett exemplificam o conceito da seguinte maneira: pode-se imaginar um falsificador ideal, cujas cópias de pinturas enganam qualquer *marchand* por serem duplicatas exatas dos originais em cada detalhe microfísico. McLaughlin e Bennett pedem que imaginemos que

[Ele] produz uma tal cópia da *Vista de Toledo* de El Greco. Ela é evidentemente diferente do original em vários sentidos – trata-se de uma falsificação, não foi pintada por El Greco, vale muito menos na Sotheby’s [famosa casa de leilões], e daí em diante. Mas a falsificação é *absolutamente idêntica* [grifo dos autores] à original em outros aspectos. Ela tem a mesma forma, tamanho, e peso. A superfície da tela contém os mesmos arranjos de cores e formas – um retângulo azul aqui, um turbilhão verde ali. De fato, ela tem o *mesmo aspecto*, ao menos para um único apreciador sob condições idênticas de iluminação e daí em diante. Talvez ela seja tão bela quanto a original, embora isto seja mais controverso.<sup>260</sup>

As propriedades que serão sempre percebidas pelo observador como idênticas às da pintura original (a disposição de cores em formas na tela, por exemplo) são características supervenientes em relação às propriedades microfísicas desta última. Não é possível modificar estas propriedades sem alterações das propriedades microfísicas.

Como observa Jaegwon Kim, é com esta relação que Davidson procurou conectar novamente o mental ao físico, domínios aparentemente desconectados por seus compromissos contrastantes e pela consequente ausência de leis

---

<sup>260</sup> *Supervenience*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, p. 1. Minha tradução. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/supervenience/>

interligando-os.<sup>261</sup> Kim considera que o conceito de superveniência engloba invariavelmente três componentes:

1. Covariância: propriedades supervenientes covariam com aquelas da base superveniente. Igualdade das propriedades da base implica igualdade das propriedades supervenientes.
2. Dependência: propriedades supervenientes dependem ou são determinadas pelas propriedades subvenientes.<sup>262</sup>
3. Irredutibilidade: A superveniência é compatível com a irredutibilidade das propriedades supervenientes em relação à base<sup>263</sup> (de outra forma o conceito não seria útil no projeto de Davidson).

As referências contínuas ao monismo anômalo podem dar a impressão de que o conceito de superveniência foi introduzido na filosofia por Davidson. O filósofo de Berkeley de fato tornou o conceito importante na filosofia da mente.<sup>264</sup> No entanto, o termo “superveniência” já tinha sido usado como definido logo acima em discussões anteriores, a saber, em filosofia moral. Note-se que tratava-se de uso totalmente diverso do *supervenience* vernacular, que expressa uma ocorrência adicional ou inesperada.<sup>265</sup> Os utilitaristas britânicos Henry Sidgwick, George Edward Moore e Richard Mervyn Hare empregavam a mesma ideia para

<sup>261</sup> Kim, *Supervenience as a philosophical concept*, p. 139.

<sup>262</sup> Interpretar superveniência como prioridade ontológica é problemático, no entanto. Esta última é irreflexiva e assimétrica (nada é ontologicamente prioritário a si mesmo, nem ontologicamente prioritário em relação a algo que também é ontologicamente prioritário ao objeto em questão). A superveniência, no entanto, é reflexiva (para qualquer conjunto A de propriedades, não pode, trivialmente, haver uma diferença em A sem uma diferença em A) e não-simétrica (no que se assemelha à implicação lógica). Além disso, propriedades que todo objeto possui por uma questão de necessidade lógica e aquelas que nenhum pode, pelo mesmo motivo, exibir, são supervenientes em relação a qualquer propriedade. MacLaughlin e Bennett citam como exemplos a propriedade *ser idêntico a si mesmo*, que é superveniente em relação a *ser uma antiguidade* e a propriedade *ser um canguru e não ser um canguru*, que é superveniente em relação a *ser poeirento*, a saber, porque dois objetos não podem diferir em relação a propriedades necessárias ou impossíveis. Mas é óbvio que ser e não ser um canguru não depende ontologicamente de ser poeirento. A superveniência também difere da dependência ontológica em um terceiro aspecto: propriedades A podem ser supervenientes em relação a propriedades B mesmo quando não é o caso que um objeto tem as primeiras porque possui as segundas. Para qualquer propriedade F, ser F é superveniente em relação a ser nãoF; afinal, dois objetos não podem diferir em relação a ser F sem diferir em relação a ser nãoF. Entretanto, “não é o caso que algo é F em virtude de ser nãoF!” Ver MacLaughlin e Bennett, *Supervenience*, p. 11, Minha tradução. Tais considerações nos forçam a encarar a superveniência como um tipo peculiaríssimo de dependência.

<sup>263</sup> Idem, p. 140.

<sup>264</sup> MacLaughlin e Bennett, *Supervenience*, p. 3

<sup>265</sup> Idem, p. 3.

explicar a relação entre propriedades naturais e propriedades morais.<sup>266</sup> De forma mais específica, os filósofos utilitaristas argumentavam que propriedades morais de uma ação ou o valor intrínseco de um objeto são supervenientes em relação às propriedades “amorais” (*nonmoral*) possuídas pelas mesmas “coisas”. Moore argumentou que se um dado objeto possui valor moral intrínseco, qualquer coisa exatamente igual a ele deve possuir sempre o mesmo valor.<sup>267</sup> Presumivelmente, o critério para considerar dois objetos “exatamente iguais” neste caso é a coincidência total de suas propriedades naturais. Mas foi Hare o primeiro filósofo moral a chamar esta ideia de “superveniência”, o que foi feito em seu *The Language of Morals*, escrito em 1952.<sup>268</sup> Nesta obra, Hare adapta o uso que Lloyd Morgan dava ao conceito, argumentando que um homem que se comportasse de maneira idêntica em circunstâncias idênticas a um homem bom (mais especificamente, São Francisco) também teria necessariamente que ser bom. A superveniência da bondade sobre a maneira e as circunstâncias da sua forma de agir garantiam a impossibilidade lógica de uma diferença em qualidades morais. Estava estabelecido o uso do termo “superveniência” como indicador da ideia de covariância: não pode haver mudanças de um tipo sem mudanças de outro tipo, e que uma mudança em propriedades de certo tipo tem que vir acompanhado por mudanças em outro conjunto de propriedades. É relevante observar que, se superveniência não implica reducionismo, o uso do conceito por Sidgwick, Moore e Hare tampouco implica uma posição fisicalista. De forma análoga, a superveniência proposta pelos filósofos da mente não os compromete de saída com o fisicalismo, sendo necessários argumentos complementares para estabelecer tal posição.

A superveniência psicofísica pode ser entendida, então, como anunciando que propriedades seriam compartilhadas por cópias físicas de um organismo. A determinação dos aspectos físicos determina também os aspectos mentais. A relação, como indicado anteriormente, é assimétrica, já que o contrário, a determinação do físico pelo mental, não ocorre. De acordo com Kim,

---

<sup>266</sup> Idem, p. 136-139.

<sup>267</sup> Idem, p. 137.

<sup>268</sup> Segundo Kim, *Supervenience as a Philosophical Concept*, p. 137.

A superveniência psicofísica, se instanciada, nos daria um importante sentido de determinação do físico pelo mental: uma vez que o lado físico do nosso ser é completamente fixado, nossa vida psicológica também é completamente fixada. Uma vez que o físico obviamente não é superveniente sobre o psicológico, a determinação é assimétrica: o físico determina o psicológico mas o psicológico não determina o físico. Assim, a superveniência psicofísica é uma maneira possível de caracterizar a relação psicofísica; além disso, ela tem implicações para vários problemas na filosofia da mente, tais como o tradicional problema mente-corpo, a redução psicofísica, e a possibilidade de leis psicofísicas.<sup>269</sup>

Qual a relação entre superveniência psicofísica e leis psicofísicas? Pode-se derivar leis psicofísicas relativas a espécies biológicas (tendo em vista o argumento da múltipla realização, leis relativas a espécies seriam mais consistentes do que leis que identificam tipos psicológicos em geral a tipos neurológicos humanos), bastando para isso assumir a proposição (chamada por Kim de “autoevidente”)<sup>270</sup> de que, se dois organismos ou estruturas são fisicamente instigáveis, eles pertencem à mesma espécie. Cópias físicas hipotéticas são de fato um recurso imaginativo importante para o conceito de superveniência. Uma vez que a nossa discussão do efeito envolve discorrer sobre o que a duplicação de características físicas implica, podemos imaginar, à maneira de Kim,<sup>271</sup> como uma cópia física de um homem teria que coincidir com o original. Se existe superveniência psicofísica, a cópia física é também uma cópia psicológica. Mas uma cópia psicológica em todos os sentidos? A resposta de Kim é negativa. Certas propriedades psicológicas dependem não só de uma determinada constituição física, elas implicam um dado *histórico causal*. Por exemplo, a cópia de uma pessoa que se lembra de ter estado em uma festa realizada anteriormente à duplicação também *acredita* ter estado na festa, mas não esteve de fato, não podendo, portanto, *lembrar-se* do ocorrido. Para lembrar-se de um evento é preciso tê-lo testemunhado de fato, ter uma crença verdadeira a respeito do comparecimento ao ocorrido. Estados psicológicos como lembranças são de fatos supervenientes a estados físicos do organismo, mas estes estados físicos não estão limitados àqueles possuídos pelo organismo em um dado instante; os determinantes físicos estão na história causal do organismo. Se quisermos definir superveniência psicofísica como a dependência de propriedades psicológicas em relação a características físicas sincrônicas, ou seja, que ocorrem

<sup>269</sup> Kim, *Psychophysical Supervenience*, p. 176. Minha tradução.

<sup>270</sup> Idem, p. 180.

<sup>271</sup> Idem, p. 181-193.

ao mesmo tempo que as primeiras, teremos que excluir estados como lembranças. A duplicação não reproduz estados não sincrônicos. Por isso, Kim propõe que a relação de superveniência inclua somente o que ele chama de “estados internos”. Estados internos de um objeto são por definição não determinados por tempos diferentes daquele em que ocorre sua instanciação nem fora de objetos que os possuem. “Não determinados por tempos diferentes daquele em que ocorre sua instanciação” significa não ser requerer a existência de um objeto em um tempo diferente daquele da instanciação. A lembrança da festa, por exemplo, requer existência no momento da celebração. “Determinação fora de objetos que possuem uma propriedade” significa requerer a existência de um objeto contingente distinto de  $x$ . A melhor maneira de entendermos a superveniência do psicológico sobre o uma situação física sincrônica, portanto, é considerar que a relação vale para estados que satisfazem a seguinte definição:

- $G$  é interno =<sub>def</sub>  $G$  não é originado fora dos tempos em que é possuído nem fora dos objetos que o têm.

A superveniência psicofísica, portanto, garante a instanciação de um vasto conjunto de estados psicológicos, a saber, seus estados internos. Estados que pressupõem uma relação histórica e/ou cognitiva com objetos externos também dependem do domínio físico, mas de uma maneira diferente. O que determina tais estados não é simplesmente a *constituição* física de organismos, mas sim a sua presença em um *processo* mais amplo, que também é físico.

Kim mostra que há dois tipos de superveniência, distinguidos por suas respectivas forças modais. A relação de “superveniência fraca” é definida da seguinte maneira:

- $A$  é superveniente fracamente em relação a  $B$  se e somente se, necessariamente, para qualquer propriedade  $F$  em  $A$ , se um objeto  $x$  tem  $F$ , então existe uma propriedade  $G$  em  $B$  tal que  $x$  tem  $G$ , e se qualquer  $y$  tem  $G$ ,  $y$  também tem  $F$ , onde  $A$  e  $B$  são família não vazias de

propriedades fechadas sob as operações Booleanas de formação de propriedades.<sup>272</sup>

Kim considera a relação acima definida “minimamente necessária para qualquer alegação de determinação ou dependência entre conjuntos de propriedades”.<sup>273</sup> Caso não haja conexões dentro de um dado mundo, não pode haver qualquer conexão do gênero. Seja como for, essa formulação é chamada por Kim de “fraca” porque ela só faz com que dois objetos idênticos em relação a B tenham que coincidir em relação *dentro de um dado mundo possível*.<sup>274</sup> Sendo assim, a superveniência fraca parece ser insuficiente para expressar uma relação de dependência como aquela citada por Davidson, já que, como diz Kim,

[...] determinação ou dependência são naturalmente vistas como portando uma certa força modal: se ser um homem bom depende de [...] certos traços de caráter, ter estes traços deve garantir ou dar a certeza de ser um bom homem.<sup>275</sup>

Kim vê a ideia de dependência ontológica como mais do que uma “coincidência *de facto* que varia de mundo para mundo”.<sup>276</sup> Por isso, se usarmos alguma forma de superveniência para descrever dependência ontológica de propriedades, é preciso que seja articulada uma *garantia* de que uma diferença nas propriedades supervenientes requer uma diferença no conjunto-base, e similaridade com relação a este último deve garantir similaridade em relação às primeiras. Daí a necessidade de sua formulação de “superveniência forte”, onde o termo modal “necessariamente” ocorre duas vezes, o que garante a manutenção da relação de dependência em diferentes mundos. Dito de outra maneira, Kim nota a importância de um conceito que expresse força modal na estabilidade da relação entre propriedades supervenientes e propriedades de base. Note-se que o conjunto de mundos onde a relação é válida pode variar conforme as necessidades da teoria a ser elaborada.<sup>277</sup> A força modal em questão pode abranger mundos com as mesmas leis naturais, com as mesmas leis lógicas ou com os mesmos princípios metafísicos, por exemplo. Eis então a formulação que Kim apresenta para a superveniência forte:

<sup>272</sup> *Concepts of Supervenience*, p. 64.

<sup>273</sup> “*Strong*” and “*Global*” *Supervenience Revisited*, p. 84. Minha tradução.

<sup>274</sup> *Idem*, p. 60.

<sup>275</sup> *Ibidem*. Minha tradução.

<sup>276</sup> *Ibidem*. Minha tradução.

<sup>277</sup> *Idem*, p. 66.

- A é superveniente fortemente em relação a B se e somente se, necessariamente, para cada x e cada propriedade F em A, se x tem F, então existe uma propriedade G em B tal que x tem G, e necessariamente se algum y tem G, y também tem F.<sup>278</sup>

A superveniência assim definida é equivalente à seguinte definição de Brian McLaughlin:

- Para quaisquer mundos  $w_j$  e  $w_k$ , e para quaisquer objetos x e y, se x tem em  $w_j$  as mesmas propriedades B que y tem em  $w_k$ , então x tem em  $w_j$  as mesmas propriedades A que y tem em  $w_k$ .

Tem-se, então, uma definição que vai além da mera alegação de que “*simplesmente acontece* [it just so happens] que não há uma diferença A sem uma diferença B”<sup>279</sup>. As formulações acima implicam a seguinte, denominada “superveniência global” (mas o inverso, ou seja, a definição abaixo implicando as definições de superveniência forte ou mesmo a superveniência fraca, não se aplica).<sup>280</sup>

- A é globalmente superveniente em relação a B se e somente se mundos indiscerníveis em relação a B (“B-indiscerníveis”) também são A-indiscerníveis.<sup>281</sup>

Assim, podemos definir a superveniência psicofísica como uma relação onde mundos fisicamente indiscerníveis são mundos psicologicamente indiscerníveis. Note-se que a superveniência forte como definida por Kim ou McLaughlin provê a explicação para a estabilidade modal das conexões entre propriedades ligadas por superveniência global. A relação forte explica as ligações

<sup>278</sup> Idem, p.65.

<sup>279</sup> McLaughlin e Bennett, *Supervenience*, p. 2. Minha tradução.

<sup>280</sup> Kim escreve em *Concepts of Supervenience* p. 68-69 que a superveniência global e a superveniência forte são equivalentes, mas recua diante de contra-exemplos de comentadores. Nem mesmo a superveniência fraca é implicada pela global, já que esta última não elimina variações dentro de um mesmo mundo. Ver seu “*Strong*” and “*Global*” *Supervenience Revisited*, p. 82-83.

<sup>281</sup> *Concepts of Supervenience*, p.68.

modais por meio de conexões entre propriedades psicológicas específicas de objetos e propriedades físicas dos mesmos.<sup>282</sup>

Felizmente, a superveniência é flexível o bastante para acomodar o *insight* da múltipla realização. Em termos de superveniência, o dito *insight* significa que uma propriedade superveniente pode ter diferentes bases subvenientes. Vejamos como: um objeto x possui a propriedade F, e para x a propriedade-base de F é G; já no caso de outro objeto y que também possui F, a propriedade-base desta é G', e daí em diante.<sup>283</sup> Percebe-se a considerável sofisticação da metafísica da dependência com o emaranhado crescente dos conceitos de superveniência. A superveniência global pode ser ajustada de forma a garantir não somente que mundos fisicamente indiscerníveis sejam psicologicamente indiscerníveis, mas também que mundos fisicamente muito assemelhados sejam psicologicamente muito assemelhados. Esta parece ser uma exigência de uma metafísica fisicalista robusta. Se tal ordenação da realidade faz sentido, ela não deve permitir mundos que diferem minimamente do mundo real com uma distribuição radicalmente diversa de propriedades mentais (o que não ocorre, evidentemente, na superveniência forte). Infelizmente, a superveniência global como explicitada acima permite bizarrices do gênero: um mundo com uma molécula de água a mais nos lagos pode ter zumbis humanos e tesouras pensantes.<sup>284</sup> Se quisermos, portanto, manter a superveniência global como caracterizando o fisicalismo, especialmente o fisicalismo em relação à mente, faz-se necessária a seguinte adição:

- Mundos bastante assemelhados em relação a propriedades B são bastante assemelhados em relação a propriedades A.<sup>285</sup>

Sem esta adenda, perde-se a inteligibilidade das correlações; não se pode permitir tamanha instabilidade se o objetivo de uma metafísica fisicalista for as melhores explicações possíveis para os fenômenos em questão. A adenda impede que mundos pequenamente distintos em suas características físicas sejam enormemente diferentes nas suas respectivas distribuições de propriedades

<sup>282</sup> “Strong” and “Global” Supervenience revisited, p. 86.

<sup>283</sup> Kim, *Supervenient Causation*, p. 98.

<sup>284</sup> Idem, p. 85-86.

<sup>285</sup> Idem, p. 89.

mentais. Admitidamente, a noção de semelhança empregada é um tanto vaga.<sup>286</sup> O que importa é tornar a noção de superveniência articulada e fértil na exposição de uma metafísica fisicalista, e isso é obtido com os refinamentos propostos por Kim.

Pode-se observar agora que a superveniência psicofísica, a caracterização do mental como absolutamente dependente do mundo físico, é uma característica de todos os tipos de fisicalismo que examinamos. A ITM está comprometida com a superveniência psicofísica porque, trivialmente, se propriedades mentais são idênticas a propriedades físicas, as primeiras não podem existir sem as segundas. Redução implica superveniência. O funcionalismo também implica a superveniência do mental em relação a uma base física. Na perspectiva defendida por Putnam e Fodor, propriedades mentais são definidas por seus papéis causais. Sistemas fisicamente idênticos exibem perfis causais também idênticos, possuindo, portanto, as mesmas propriedades mentais. As propriedades-base que sustentam uma dada propriedade mental podem variar em diferentes organismos, mas são sempre realizadores físicos. Esta é a ideia articulada logo acima nas observações sobre múltipla realização. Até mesmo o emergentismo britânico tem um compromisso com a variedade superveniência em foco. Conforme exposto anteriormente, este movimento filosófico afirmava a existência de certas leis irreduzíveis que emergem de algumas configurações físicas complexas. As leis regentes do domínio mental “emergem” exatamente desta maneira. Uma vez que não existem outras condições para a emergência das ditas leis, o domínio mental como um todo depende ontologicamente de uma base física. Fica clara, então, a superveniência do primeiro sobre esta última.<sup>287</sup> A conclusão de Kim é que a superveniência define o que ele chama de *fisicalismo mínimo*.<sup>288</sup> Pode-se usar a superveniência para distinguir todas as formas de fisicalismo, mais o emergentismo britânico, de todas as formas de dualismo. No dualismo de substâncias (*substance dualism*), não há superveniência do físico do mental, porque, trivialmente, uma substância é aquilo capaz de existir independentemente de todo o resto (com exceção da substância criadora, isto é, Deus). O dualismo de propriedade, uma posição mais interessante para os presentes propósitos, pode ser compreendido com a modalidade da superveniência. Seguindo esta lógica, temos

---

<sup>286</sup> Idem, p. 90.

<sup>287</sup> Kim, *Physicalism, or Something Near Enough*, p. 14.

<sup>288</sup> Ibidem.

uma metafísica onde não ocorre covariação das propriedades físicas e mentais em diferentes mundos possíveis. Considerações do tipo formam a chave dos intrincados argumentos de David Chalmers contra o fisicalismo. Chalmers procura mostrar que é concebível (“concebível”, diga-se de passagem, de forma muitíssimo particular, conforme veremos mais adiante) termos em mundos próximos cópias físicas inconscientes de organismos que são conscientes no mundo real. Conclui-se daí que não há superveniência do mental sobre o físico, o que mostra que o fisicalismo é falso.<sup>289</sup> Independentemente da simpatia ou antipatia do leitor pelos argumentos de Chalmers, é importante perceber que a superveniência é colocada como um conceito indispensável para o fisicalismo, particularmente na filosofia da mente.

A definição de fisicalismo (admitidamente de forma bruta) no início da tese fez uso da ideia de superveniência causal. Recordemos no que esta relação consiste. Assumamos que eventos consistem em exemplificações de propriedades em um intervalo de tempo. Supõe-se existir dois eventos em uma relação de causa e efeito,  $F(x)$  e  $G(y)$ , onde  $F$  e  $G$  são propriedades macroscópicas e  $x$  e  $y$  são objetos distintos,  $F(x)$  depende ontologicamente de  $P(x)$ ,  $G(y)$  depende ontologicamente de  $Q(y)$ , onde  $P$  e  $Q$  são propriedades microscópicas relativamente a  $F$  e  $G$ , e existe uma conexão causal apropriada (provavelmente nomológica) entre  $P(x)$  e  $Q(y)$ . Está claro que a dependência ontológica em questão é uma dependência do macroscópico em relação a suas partes microscópicas. Estas partes microscópicas são os objetos teóricos da física. Pode-se confortavelmente substituir “depende ontologicamente” por “é superveniente em relação a”, o que resulta em uma tese de superveniência de poderes causais. Os poderes causais do mundo macroscópico são supervenientes em relação a uma base física (já vimos que redução implica superveniência). Isto torna todo processo de causação macroscópica um tipo de “causação epifenomenal”, já que as propriedades macroscópicas só se exibem no mundo físico por meio de “procuradores” físicos. É importante deixar claro que este processo de “procuração” é instantâneo; o que temos aqui não é um processo temporalmente estendido onde  $F(x)$  gera  $P(x)$  ou vice-versa. A superveniência causal estabelece a instanciação imediata de  $F$  em  $x$  no momento em que  $P$  é instanciada em  $x$ . A

---

<sup>289</sup> *The Conscious Mind*, p. 32-84.

causação superveniente difere radicalmente, portanto, dos processos familiares de causação onde um evento “gera” outro evento posterior.<sup>290</sup>

A função destas considerações sobre superveniência é preparar o terreno para o que Kim chama de “o argumento da superveniência” (*the supervenience argument*) ou o argumento da exclusão (*the exclusion argument*). O exame deste argumento se justifica por seu papel crucial no estabelecimento de um fisicalismo robusto na filosofia da mente, onde propriedades mentais são em última análise redutíveis a propriedades físicas.

#### 4.2. O argumento da superveniência

O argumento que dá nome a esta seção foi defendido primeiramente por Jaegwon Kim em um artigo de 1992,<sup>291</sup> sendo posteriormente reforçado em seu livro *Physicalism, or Something Near Enough*. Esta contenda leva Kim a concluir que o *token physicalism* é um caminho pouco promissor; o comprometimento desta posição com a irreducibilidade das propriedades físicas torna estas causalmente inertes. Se isto é verdade, o *token physicalism* é um fracasso completo. Os argumentos em favor da irreducibilidade intencionavam preservar o caráter especial que a mente aparenta possuir, caráter este expresso na sua própria “ciência especial”, a psicologia. Infelizmente, se o produto final do processo de argumentação é um conjunto de propriedades inertes, a psicologia acaba se tornando algo absolutamente desprovido de interesse, como observa Kim.<sup>292</sup> De fato, a rejeição da exigência de eficácia causal do domínio mental tornaria este de fato irreduzível, já que se espera de propriedades físicas eficácia causal<sup>293</sup>. Afinal, definição de física aqui adotada é a de uma ciência explicativa da dinâmica dos objetos macroscópicos. “Dinâmica” e “inércia” são, trivialmente, termos antagônicos. Como exposto na discussão de Fodor e Putnam, o *token physicalism* põe em xeque nossas intuições sobre o papel causal da mente no mundo. A

<sup>290</sup> *Epiphenomenal and supervenient causation*, p. 95.

<sup>291</sup> *Downward causation* (Kim, 1992).

<sup>292</sup> *Physicalism, or Something Near Enough*, p. 35.

<sup>293</sup> Ou algo parecido, mas não idêntico, já que nas relações de determinação da física nem sempre é interessante classificar fenômenos como “causais”. Consultar Norton 2007 para maiores esclarecimentos.

discussão a seguir deixará isto mais claro. Note-se que argumento da superveniência investe primeiramente contra o *token physicalism*, mas uma de suas premissas – o fechamento causal do mundo físico – também pode ser empregada em um argumento contra a posição dualista defendida por Chalmers, conforme sugerimos anteriormente. Seja como for, o *token physicalism* é também alvejado por ter de supor a superveniência psicofísica que o dualismo de Chalmers rejeita.

Vejam os então como Kim usa pressuposições importantes do *token physicalism* para elaborar a sua nêmesis. Eis as pressuposições:

1. Superveniência psicofísica forte. Se as observações anteriores sobre superveniência estão corretas, todos os tipos de fisicalismo se comprometem com a superveniência do mental sobre o físico. Propriedades mentais são fortemente supervenientes em relação a propriedades físicas/biológicas. Se um sistema *s* possui uma propriedade mental *M* em um instante *t*, existe necessariamente uma propriedade física/biológica *P* tal que *s* possui *P* em *t*, e necessariamente qualquer objeto que possui *P* em qualquer dado momento instancia *M* possui *M* simultaneamente. A formulação forte é empregada porque, conforme mostrado anteriormente, a superveniência fraca é modalmente muito restrita.
2. Irreducibilidade. Propriedades mentais não são redutíveis a, e tampouco são idênticas a, propriedades físicas (*pace* Fodor e Putnam).
3. Eficácia causal. Como vimos na página anterior, o *token physicalism* precisa afirmar que instanciações de propriedades mentais determinam a instanciação de outras propriedades, tanto mentais como físicas. Do contrário, não faz sentido defender a autonomia de uma ciência especial da mente – qual é o *sex appeal* de uma ciência do inerte?<sup>294</sup>

O argumento da superveniência utiliza esta caracterização do *token physicalism* para mostrar que tal posição implica ideais conflitantes sobre o que

---

<sup>294</sup> Idem, p. 33-35.

causa o que quando ocorrem eventos mentais em sequência. A determinação de um evento mental por outro evento mental antecedente parece ser bloqueada, já que propriedades mentais intercedem no mundo “por procuração” – as propriedades físicas da base subveniente já estão aptas para a tarefa. Temos um caso, então, de causação superveniente, onde o nível mais fundamental faz todo o trabalho causal, tornando o nível superveniente irrelevante. Kim ilustra este cenário chamando a causação superveniente de “determinação vertical” (*vertical determination*).<sup>295</sup> A relação em questão é classificada como “vertical” porque é costumeiro alinhar verticalmente os níveis microscópico e macroscópico, com o primeiro (aqui, a base superveniente) embaixo:

Macroscópico



Microscópico

Por conseguinte, pode-se dizer que as propriedades macroscópicas intrínsecas de um pedaço de bronze são por ele possuídas em virtude de sua estrutura microscópica. Esta última determina de imediato, por causação superveniente, o primeiro grupo de propriedades. Algo análogo ocorre quando um organismo instancia propriedades mentais. Propriedades-base, em última análise microfísicas, sustentam sincronicamente as propriedades mentais.<sup>296</sup>

Este tipo de determinação contrasta com as relações causais do senso comum. Estas são sequências temporais de eventos, comumente caracterizados como itens enfileirados horizontalmente – uma “determinação horizontal” que acompanha a direção do tempo:

- Pedra arremessada contra a vidraça em  $t$ -delta  $t \rightarrow$  quebra da vidraça em  $t$ .

---

<sup>295</sup> Idem, p. 36.

<sup>296</sup> Ibidem.

Assumindo a distinção entre causalidade vertical e causalidade horizontal, a posse por um pedaço de bronze de uma propriedade macroscópica em  $t$  – sua cor amarelada, por exemplo – terá duas possíveis explicações causais. A explicação horizontal consiste na afirmação de que a posse da cor amarelada em  $t$  – delta  $t$  determina a instanciação da mesma propriedade em  $t$ . A explicação vertical advém da observação de que a cor amarelada é determinada pelo estado do conjunto-base em  $t$ . As duas explicações são antagônicas porque, se aceitarmos uma explicação vertical como a que acabamos de mencionar, uma propriedade microscópica  $M$  do pedaço de bronze determina a cor do mesmo independentemente do que ocorreu anteriormente. Se não há dependência, não há determinação causal. A causalidade vertical torna a relação horizontal irrelevante para a instanciação de  $M$ .<sup>297</sup> Analogamente, a causalidade superveniente do mental pelo físico faz da causalidade mental no nível superveniente uma ilusão. Sabe-se que a sombra projetada em  $t$  por um objeto em movimento não é causada pela sombra em um momento anterior. O que gera a área escura é a presença de um objeto que bloqueia a luz em  $t$ , não importando o que aconteceu anteriormente. Infelizmente para os proponentes do *token physicalism*, o argumento de Kim parece mostrar que nesta posição a mente está para o domínio físico como a sombra está para o objeto diante da luz.

São pressuposições do argumento da superveniência: a superveniência psicofísica, a irreducibilidade do mental ao físico (como exige o *token physicalism*), o princípio de exclusão de causas redundantes (um evento não pode ter mais de uma causa suficiente em um dado tempo, a não ser em caso genuíno de superdeterminação causal) e o fechamento causal do mundo físico. Esta última premissa vem das considerações sobre completude da física, examinadas no capítulo 1. Conforme exposto nesse capítulo, é extremamente implausível, dados os desenvolvimentos científicos recentes, que haja influências causais fundamentalmente de nível mais alto do que o nível físico operando sobre este mesmo nível. Conclui-se que se um evento físico tem uma causa ocorrendo em  $t$ , ele tem uma causa física que ocorre em  $t$ .

---

<sup>297</sup> Idem, p.37.

Vejamos então como se dá o conflito na causação mental em um cenário de *token physicalism*. Começa-se com a suposição de que há “determinação horizontal” no nível mental, onde M e M’ são propriedades mentais:

- (1) M causa M’

Com a assunção de superveniência, temos que:

- (2) Para alguma propriedade física P’; M’ tem P’ como base de superveniência

Temos agora um conflito quando se pretende apontar a razão para a instanciação de M’ em *t*. Se M é um candidato óbvio a explicar tal fenômeno, temos que admitir, se assumirmos (2), que P’, a base superveniente de M’, é suficiente para a instanciação desta última. Se sua base superveniente está presente, M’ tem necessariamente que ser instanciada, não importando o que aconteceu anteriormente. Conseqüentemente, M só pode ter relevância causal para M’ se M causa a instanciação de P’. O argumento prossegue admitindo justamente isso:

- (3) M causa M’ através da causação de sua base superveniente P’.

As premissas examinadas até este momento mostram que, para que haja determinação horizontal  $M \rightarrow M'$ , temos que ter  $M \rightarrow P'$ . Por conseguinte, causação horizontal no nível mental implica causação “descendente” (*downward causation*). A superveniência psicofísica estabelece a impossibilidade de relações causais no nível elevado da mente sem que haja um “vazamento” de influência entre níveis.<sup>298</sup> O mesmo vale para qualquer ontologia de níveis micro e macro organizada por superveniência. Não é mais possível manter relações causais isoladas em um único nível. Qualquer relação causal em um nível L mais elevado que o nível de realidade fundamental implica uma relação causal de L para L-1. Conseqüentemente, as relações horizontais entre propriedades mentais estão em uma posição tão precária quanto a causação mental tradicionalmente tida como

---

<sup>298</sup> Idem, p.40.

problemática, ou seja, a influência da mente sobre a matéria.<sup>299</sup> É por isso que Kim inicia seu argumento com (1).

Considere-se agora uma quarta premissa focada na aparente causa mental de M'. Pressupondo superveniência psicofísica, temos que:

(4) M tem uma base física P.

A pressuposição de superveniência, que, como vimos, é crucial ao *token physicalism*, conduz à constatação de que P' tem uma causa adicional a M, a saber, a base superveniente P de M. Por que este seria o caso? A instanciação de P é suficiente para a obtenção imediata de M em causação vertical, e esta última depende neste cenário específico de P. Portanto, P' tem duas causas: P e M. Para compreender o argumento, é crucial notar que M não é um estágio intermediário entre P e P' em uma cadeia causal horizontal. Isto fica claro quando recordamos que P gera M por determinação vertical, ou o que chamamos anteriormente de causação superveniente. Consequentemente, P e M ocorrem simultaneamente. É mister descartar, portanto, um processo horizontal ordenando os três elementos (P → M → P'). Em suma, a quinta premissa nos diz:

(5) M causa P', e P causa P'.

Neste momento, é necessário invocar mais uma característica vital ao *token physicalism*: M tem que ser irreduzível a P; trivialmente, isto faz com que as duas propriedades sejam distintas. Eis então a sexta premissa do argumento:

(6) M é diferente de P.

Conjuntamente, (5) e (6) são altamente implausíveis. Tanto M quanto P são tomados como causas suficientes e simultâneas de P'. Infelizmente para os adeptos do *token physicalism*, o já assumido princípio de exclusão de causas redundantes visa descartar justamente um cenário do tipo. Se o princípio é válido, não é correto apontar mais de uma causa suficiente para um determinado evento em um mesmo momento. As exceções serão casos de superdeterminação.

<sup>299</sup> Ibidem. Evidentemente, o contrário também é suspeito, já que implica epifenomenalismo ou intercâmbio entre substâncias. Ver a discussão no capítulo 2.

Suponhamos agora que este não é um exemplo de superdeterminação. Obtém-se então a sétima premissa:

- (7) P' não é causalmente superdeterminado por M e por P.

Conseqüentemente, o princípio de exclusão de causas redundantes exige a eliminação de M ou P como causa de P'. Kim observa então que o fechamento causal do mundo físico constitui um critério para a escolha de P como a causa de P'. A discussão do fechamento físico no capítulo 1 torna claro que a opção de Kim é justificada. Tão fortes são as razões para sua adoção que mesmo um dualista como David Chalmers prefere viver com as consequências do princípio. Rejeitar o fechamento causal do mundo físico implica aceitar forças obscuras cuja existência não é levada mais a sério. Conclui-se que somente P pode ser causa de P':

- (8) M é excluída como causa pela ocorrência simultânea da causa física P.  
Em suma, P, e não M, causa P'.

Kim conclui que o *token physicalism* requer propriedades mentais epifenomenais. Este é um resultado desastroso, já que uma das razões a motivar a posição articulada por Fodor e Putnam é justamente resguardar a relevância do domínio mental no mundo (embora não seja assim para David Chalmers, cuja filosofia procura abrir espaço para e digerir o epifenomenalismo). Eis a justificativa para a inclusão das filosofias de Fodor e Putnam no pesadelo do epifenomenalismo. Note-se que na ITM não há nada a ser eliminado pelo princípio de exclusão; se  $M = P$ , não há problema em ver M como causa de P'.

O argumento da superveniência não fustiga apenas a causação mental no sentido de uma mente superveniente que influencia o mundo físico. As relações de determinação entre propriedades mentais irreduzíveis, chamada por Kim de “causação mental-para-mental” (*mental-to-mental causation*, doravante mental → mental)<sup>300</sup> também são expostas como ilusórias. O argumento se inicia com a suposição de uma propriedade mental M causando uma propriedade mental M'. Vimos que a instanciação de P é suficiente para gerar P', e esta última é suficiente

---

<sup>300</sup> Idem, p. 39.

para a instanciação de sua propriedade mental superveniente  $M'$ . Segue-se que  $M$  é redundante também como causa de  $M'$ ! A aparente relação de causa e efeito é uma dinâmica de determinação por procuração. As propriedades mentais consideradas são análogas às sombras discutidas na introdução ao conflito entre causação vertical e causação horizontal: elas apenas “pegam carona” na dinâmica de suas propriedades subvenientes. Como diz Kim,

Uma aparente relação causal entre as duas propriedades mentais é eliminada por explicação [*explained away*] por suas respectivas superveniências em relação a duas propriedades físicas conectadas por um processo causal genuíno<sup>301</sup>

O resultado é um quadro onde apenas uma relação causal está realmente presente.

Mais uma vez, fica evidente uma vantagem da ITM sobre o *token physicalism* e o dualismo à moda de Chalmers. Processos causais do tipo mental → mental não são metafisicamente problemáticos, uma vez que não se duvida da eficácia causal dos processos físicos aparentemente correlatos. Dadas as identidades  $M = P$  e  $M' = P'$ , falar em  $M$  causando  $M'$  é só uma maneira conveniente de se referir às instanciações nomologicamente conectadas de  $P$  e  $P'$  (provavelmente porque estas últimas só se tornam salientes enquanto propriedades psicológicas, ou seja, enquanto realizadores de  $M$  e  $M'$ ).

Uma aparente saída do pesadelo do epifenomenalismo seria observar que, dada a existência de dependência contrafactual de  $P'$  em relação a  $M$ , a eficácia causal desta última é legítima.  $P'$  não poderia ser instanciada, afinal, sem que  $M$  também o fosse, já que a primeira depende de  $P$ , e esta traz  $M$  consigo. Kim lida com esta objeção observando que, se isto bastasse para estabelecer relações causais, poder-se-ia afirmar que as propriedades estéticas de uma obra de arte causam suas propriedades físicas subvenientes, o que seria absurdo.<sup>302</sup> Recordemos a citação de McLaughlin e Bennett no início do presente capítulo. O aspecto visual da *Vista de Toledo* de El Greco é superveniente, e, portanto, dependente, em relação aos realizadores microfísicos – as moléculas de tinta sobre a tela. Seria ridículo supor que o *aspecto do quadro* em  $t - \text{delta } t$  *causa* o estado

<sup>301</sup> Idem, p.45. Minha tradução.

<sup>302</sup> Ibidem.

das moléculas de tinta em  $t$ ! A dependência contrafactual de  $P'$  em relação a  $M$  é exatamente análoga, pois se dá unicamente pela dependência de  $P'$  em relação à  $P$ . Sendo assim, é enganoso evocar dependências contrafactuais para rechaçar o argumento de Kim.

### 4.3. Seria o epifenomenalismo uma saída?

A discussão sobre o argumento da superveniência no capítulo anterior mostra que as exigências do *token physicalism* o tornam uma posição precária. Assumindo a superveniência e o fechamento causal do mundo físico, não resta qualquer papel causal para propriedades mentais. Indicar dependências contrafactuais entre propriedades físicas e mentais não é o suficiente para demonstrar relações causais. Em vista dos argumentos de Kim, é pouco plausível que haja uma superdeterminação salvadora. O dualismo resultante de uma negação da superveniência psicofísica exigiria leis intrusivas para que houvesse eficácia causal da mente. Tais leis seriam intrusivas também por ter caráter de penduricalhos nomológicos.

Parece haver uma saída, porém, para os mais estoicos defensores de propriedades mentais irreduzíveis. Esta aparente escotilha de escape é o epifenomenalismo. Conforme a exposição do argumento de Kim, o *token physicalism* não está apto a empregar este recurso, já que a segurança dos poderes causais da mente lhe é inegociável. Para o bem ou para o mal, porém, o admitidamente importante *token physicalism* é apenas uma posição entre várias possíveis. Nada impede que filósofos adotem o lema da irreduzibilidade sem abraçarem a bandeira de Fodor, Putnam e outros defensores de uma abordagem computacional. São bem conhecidas, afinal, a posição dualista de David Chalmers, a postura adotada por Frank Jackson em seu famosíssimo artigo “Epiphenomenal qualia”, e o muito surpreendente flerte de Kim com o epifenomenalismo. De qualquer forma, será oportuno entendermos a origem do epifenomenalismo antes de avaliá-lo.

O termo “epifenômeno” aparece na literatura médica do início do século XVIII, e designava um sintoma ou aparência secundária (uma manifestação correlacionada mas não contribuidora para a evolução de uma patologia).<sup>303</sup> O uso do termo na psicologia, significando um subproduto ou propriedade não funcional, veio bem mais tarde. Em 1874 o biólogo evolucionista inglês Thomas Henry Huxley, conhecido como “o buldogue de Darwin”, escreveu um artigo intitulado “*On the Hypothesis that Animals are Authomata, and its History*”. Ali, Huxley relata intrigantes experimentos com animais e dados sobre um caso curioso de lesão cerebral. O que estes dados têm em comum é uma aparente dissociação de comportamento inteligente e ação consciente. O paciente com cérebro lesionado fora ferido em batalha durante a guerra Franco-Prussiana.<sup>304</sup> Um tiro havia fraturado o osso parietal esquerdo e causado dano cerebral. O paciente ocasionalmente passava um dia inteiro a exibir comportamentos complexos como escrever uma carta, cantar ou recarregar e disparar rifles imaginários, ao mesmo tempo em que parecia absolutamente imune e alheio a estímulos dolorosos e informações perceptuais. Huxley especulou então que o veterano de guerra estava inconsciente ao realizar as “ações” mencionadas. Objetivando reforçar esta conjectura, Huxley menciona no artigo experimentos com sapos, onde os animais têm removidas diversas partes de seus pequenos cérebros.<sup>305</sup> Tais intervenções teriam, segundo o raciocínio de Huxley, extinguido suas consciências, se é que eles a possuíam. Ainda assim, os sapos mutilados eram capazes de nadar, esfregar as patas para remover substâncias irritantes, e ajustar sua posição para evitar uma queda. Na perspectiva de Huxley, estes dados apontam conjuntamente para um maquinário cerebral capaz de agir flexível e inteligentemente sem a intervenção da consciência. Está aberta a possibilidade de uma consciência que é mero subproduto de tudo o que ocorre no cérebro, sem jamais interferir no comportamento mesmo do organismo. Diz Huxley:

---

<sup>303</sup> Dennett, *Consciousness explained*, p. 401.

<sup>304</sup> *On the Hypothesis that animals are Authomata, and its History*, p. 27.

<sup>305</sup> *Idem*, p. 25-26.

todos os estados de consciência em nós, como neles [os animais] são causados sem mediação por mudanças moleculares da substância cerebral. Parece-me que entre os homens, como entre os brutos, não há prova de que qualquer estado de consciência seja a causa da mudança no movimento da matéria do organismo. Se estas posições são bem fundamentadas, segue-se que nossos estados mentais nada mais são que os símbolos na consciência das mudanças [*symbols in consciousness of the changes*] que ocorrem automaticamente no organismo...<sup>306</sup>

Embora nunca empregue o termo “epifenômeno” em seu artigo, a sugestão de Huxley pode ser interpretada, no mínimo, como destituindo a consciência de funcionalidade.<sup>307</sup> Esta interpretação nega à consciência um papel no comportamento temporalmente contíguo do organismo. Tal consciência é epifenomenal em relação ao dito comportamento, podendo ter, porém, outros tipos de efeito. A consciência seria um subproduto dos mecanismos evolucionários que fixaram determinados comportamentos. Isto significa que os pensamentos e sensações conscientes estariam para o comportamento como o barulho de um computador está para o seu funcionamento.<sup>308</sup> Naturalmente, o barulho de um computador, ainda que nada influencie no funcionamento da máquina, tem uma série de efeitos. Já uma interpretação mais extrema vê Huxley como negando à consciência *qualquer efeito físico* – um epifenomenalismo radical. Seja qual for a interpretação correta, Huxley diz que sua hipótese torna verossímil a perspectiva cartesiana dos animais como autômatos. Ao menos no sentido de não ter uma mente a guiar seus passos, os animais são parecidos com máquinas. Surpreendentemente, Huxley sugere então que o mesmo pode valer para os humanos.

Em seu artigo *Epiphenomenal Qualia*, de 1982, o filósofo australiano Frank Jackson argumenta pelo dualismo com seu conhecidíssimo experimento de pensamento da cientista Mary. Se o argumento estiver correto, observa Jackson, será melhor levar muito a sério a possibilidade de um epifenomenalismo radical. Jackson procura convencer seus leitores de que esta perspectiva não é tão absurda quanto aparenta ser em um primeiro momento. De fato, as crenças que sustentam a visão contrária – o fisicalismo – sofrem de certa arrogância em relação a nossos poderes cognitivos. A metafísica bem-comportada que os fisicalistas vislumbram ilustra uma *hubris* científicista, que não parece tão atraente quando encarada de

<sup>306</sup> Idem, p. 30. Minha tradução.

<sup>307</sup> Esta é a interpretação de Daniel Dennett. Ver seu *Consciousness Explained*, p. 402.

<sup>308</sup> Ibidem.

perto. Portanto, não é correto rechaçar de saída o dualismo, mesmo que ele traga consequências inicialmente pouco palatáveis.<sup>309</sup>

Jackson chega a estas reflexões por meio de três argumentos: um argumento modal, uma recapitulação do argumento de Thomas Nagel em “What is it like to be a bat?” e seu conhecidíssimo “argumento do conhecimento” (*knowledge argument*). Uma vez que este último é o argumento realmente original e (muitíssimo discutido) do artigo, o consideraremos unicamente aqui. É interessante para o leitor atentar para a impressionante simplicidade do argumento, quando comparado ao argumento da superveniência ou aos passos que levam ao monismo anômalo.

O que o argumento do conhecimento procura mostrar é que, se a posse de toda a informação física ligada a sensações não basta para um conhecimento completo das mesmas, temos que concluir que o físico e o mental são domínios diferentes. Jackson nos pede primeiramente que imaginemos um homem chamado Fred, dotado de habilidades singulares na discriminação de cores. Onde todo o resto da humanidade vê um conjunto de objetos da mesma cor, Fred consistentemente enxerga duas cores diferentes. Além desta habilidade ímpar, Fred é capaz de fazer todas as discriminações normalmente esperadas. Por meio de investigações neurológicas, descobre-se que Fred classifica dois grupos de comprimento de onda no espectro vermelho. Segue-se que ele enxerga uma cor a mais do que o restante da nossa espécie.

Jackson dá então um passo polêmico, afirmando que, ainda que soubéssemos toda a informação física existente (não só a informação disponível no momento) sobre o cérebro e o sistema óptico de Fred, isto não bastaria para conhecermos a *experiência* que ele tem ao ver a cor “nova”. Saber todos os aspectos físicos não é saber tudo a respeito das sensações de Fred. Só seria possível conhecer as experiências de Fred tal como ela as vivencia com sensações subjetivas, de “primeira mão”. Assim, deve-se admitir que o fisicalismo seja falso.<sup>310</sup>

---

<sup>309</sup> *Epiphenomenal Qualia*, p. 278.

<sup>310</sup> *Epiphenomenal qualia*, p. 274.

Reforçando estas asserções está a mui célebre cientista Mary. Confinada em um quarto preto e branco, Mary aprende sobre o mundo através de um monitor também preto e branco. Seus estudos de neurofisiologia da visão fornecem-lhe toda a informação física envolvida em nossas sensações visuais e nos *outputs* por elas gerados. Imaginemos então que o confinamento de Mary tem um fim e ela vaga pelo mundo pela primeira vez. De acordo com Jackson, é “simplesmente óbvio”<sup>311</sup> (*just obvious*) que Mary aprende algo, a saber, o que é experimentar cores visualmente. A posse de toda a informação física não era suficiente para tal. Se o seu conhecimento de outrora era *incompleto*, sua experiência consciente não tem caráter exclusivamente físico. Resumidamente, Jackson apresenta o argumento da seguinte maneira:

1. Antes de sua libertação, Mary conhece toda a informação física existente sobre outros indivíduos.
2. Antes de ser libertada, Mary não sabe todos os fatos sobre outros indivíduos, já que aprende algo sobre os mesmos após ser solta

Portanto,

3. Existem verdades sobre nossa espécie que estão fora do esquema fisicalista.<sup>312</sup>

Por esta ótica, um super-cientista detentor de toda a informação física sobre dores, mas sofrendo de insensibilidade congênita à dor, não conheceria os seus aspectos subjetivos. O mesmo vale para todos os *qualia*: emoções, sabores, aromas etc. Não sendo capaz de abranger os *qualia*, o fisicalismo está destinado ao fracasso.<sup>313</sup>

Jackson não menciona explicitamente em seu artigo as razões para sustentar que os *qualia* têm que ser, além de irreduzíveis à física, epifenomenais. A interpretação mais natural de sua opção é a constatação de que Jackson, um filósofo do fisicalismo,<sup>314</sup> está tão ciente do fechamento causal do mundo físico

<sup>311</sup> Idem, p. 275.

<sup>312</sup> Idem, p. 279.

<sup>313</sup> Idem, p.275.

<sup>314</sup> Ver, por exemplo, seu artigo em colaboração com Chalmers, *Conceptual Analysis and Reductive Explanation* (Jackson, 2001).

quanto qualquer outro debatedor. Embora a implicação discutida seja inaceitável para a maioria, devemos reconhecer que, Jackson, como Chalmers, está pelo menos disposto a reconhecer e examinar uma consequência indesejável de sua argumentação.